

SERRA DO JAPI

# Entidades vão à Justiça contra desmatamento

Waldemar Padovani/AE

*Ecologistas tentam impedir empresa de cortar 1,5 milhão de pés de "Pinus eliotis", o que representa 5% da vegetação da área, de preservação ambiental; empresários alegam ter autorização do Ibama*

CLAYTON LEVY

**J**UNDIAÍ — Cinco entidades ambientais entraram com processo no Ministério Público local para tentar impedir a extração de madeira na Fazenda Caaguaçu, na Serra do Japi. A propriedade pertence à empresa Fator Empreendimentos Imobiliários, de São Paulo, que pretende cortar 1,5 milhão de pés de *Pinus eliotis*, o que corresponde a 5% da vegetação da serra.

Os ecologistas dizem que a retirada vai provocar grave impacto ambiental na região, onde há 50 nascentes, vários rios e centenas de espécies animais e vegetais. Os proprietários, porém, alegam ter obtido autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

"Não entendemos como o Ibama pôde autorizar uma coisa dessas", protesta o ambientalista e presidente da Sociedade Amigos do Bairro Santa Clara, Lauro Candioto. Segundo ele, a exploração de madeira no Japi contraria leis federais, estaduais e municipais.

Um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica, a serra foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat) e é área de preservação ambiental.

De acordo com o ambientalista, o corte das árvores infringe o Código Florestal, que proíbe desmatamento em terreno com declive superior a 45 graus. A lei exige ainda a preservação de uma área de pelo menos 30 metros em torno de córregos e nascentes: "Com a retirada das árvores, não há como evitar o assoreamento."

**Contra Plano** — Segundo Candioto, a exploração da madeira também contraria o Plano Diretor de Jundiá, que classificou a área como de preservação permanente. O ambientalista cita ainda um laudo do Comitê Municipal de Meio Ambiente, sugerindo que o Ibama reveja a autorização para o corte. "O local tem fauna rica, com animais de pequeno e médio porte, além de mata nativa em crescimento", diz o presidente do

Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada (Coati), Flávio Gramolelli.

O corte começou há uma semana, num ponto de difícil acesso da fazenda. Munido com motosserras, machados e trator, um grupo de trabalhadores fazia o trabalho na quinta-feira, observado por policiais florestais e guardas municipais, que não podiam "fazer nada".

**Análise** — O promotor Luís Roberto Proença, explica que ainda está analisando as cópias dos processos do Ibama e Condephaat, autorizando o corte das árvores. "Vamos verificar se há algum indício de que a autorização foi dada indevidamente", afirma. Ele ressalva, porém, que essa autorização não elimina a autoridade do município sobre a região: "Se a preservação da área estiver prevista em

lei municipal, a extração poderá ser revista."

A Fator Empreendimentos Imobiliários é dirigida pelo ex-deputado federal e ex-secretário estadual de Transportes Walter Nory (PMDB). "Os ambientalistas não precisam se preocupar, porque não haverá impacto ambiental", garante o assessor de Diretoria da empresa, João Alberto Gonçalves, que prefere chamar a operação de "colheita" e não corte. Ele informa que o objetivo é fornecer matéria-prima para fábricas de papel e celulose: "Não pretendemos lotear a área."

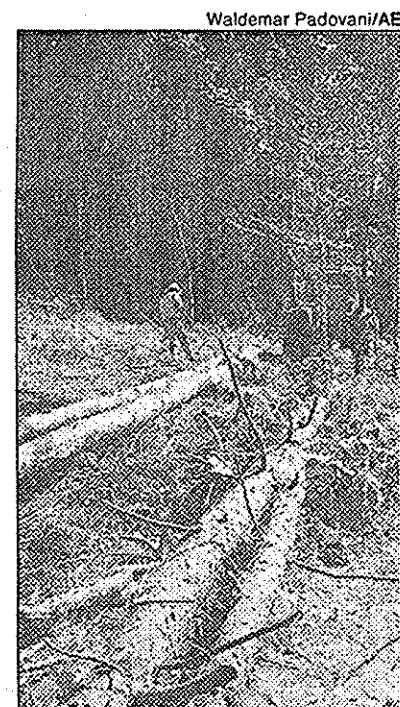
Gonçalves disse que a área será reflorestada à medida que as árvores forem retiradas. "A colheita será feita paulatinamente para evitar danos ao ecossistema", assegura. Segundo ele, a operação está a cargo de uma empresa especializada: "Não há motivo para preocupação."

A empresa de Nory comprou as terras há cerca de oito anos num leilão público. A propriedade pertencia à antiga fábrica de máquinas de costura Vigorelli, que entrou em decadência e perdeu o imóvel. Foram os donos da Vigorelli que, em 1969, amparados pela lei de incentivos 5.106/66, obtiveram autorização do governo federal para cortar a mata nativa e plantar *Pinus*.



Com motosserras, machados e trator, trabalhadores derrubam árvores na fazenda; ecologistas denunciam impacto do corte na área

**É INFRAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL, DIZ AMBIENTALISTA**



Patrimônio: serra está tombada

## Ibama alega que mata não é nativa

*Divisão Técnica do órgão diz que não pode fazer nada, mas ONG vê "omissão"*

**J**UNDIAÍ — O chefe-substituto da Divisão Técnica do Ibama, João de Munno Júnior, disse que o órgão não pode impedir a extração de madeira na Fazenda Caaguaçu, na Serra do Japi, "porque não se trata de mata nativa".

O Condephaat informou que também não pode tomar nenhuma medida a respeito, porque a autorização para o plantio de *Pinus* com fins comerciais foi dada antes do tombamento da serra, em 1983.

Munno Júnior contou que a área já havia sido vistoriada e liberada,

em 1993, para extração de resina. Segundo ele, a Fator Empreendimentos Imobiliários, do ex-deputado federal Walter Nory (PMDB), solicitou autorização para o corte em novembro.

"Desta vez não fizemos vistoria porque acreditamos que não havia grandes mudanças no local."

"Em grande parte da fazenda a vegetação nativa supera a floresta de *Pinus*", rebateu o presidente do Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada (Coati), Flávio Gramolelli. "O poder público está se omitindo da questão, que vai gerar grandes im-

**FAZENDA JÁ FOI OBJETO DE DENÚNCIAS, EM 1993**

pactos ambientais."

Esta não é a primeira vez que a fazenda tem problemas com a Justiça. Em 1993, já sob a administração da Fator, ela quase sofreu intervenção do Estado, após denúncias de exploração de mão-de-obra infartil e trabalho em regime de semi-escravidão.

A Delegacia do Trabalho notificou o arrendatário Claudio Licatti, responsável pela extração de resina, e o Ministério Público abriu inquérito, mas ninguém foi punido. A Fator rompeu o contrato com Licatti após as denúncias. (C.L.)